CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Ata de Reunião | Documento: [128397065](#)

Data da Reunião: 29 de abril de 2025

Local: Rua Líbero Badaró nº 504, 15º andar, sala 154- Auditório. Centro - São Paulo

Aos vinte nove dias do mês de abril do ano 2025, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, 15º andar, sala 154- Auditório, centro, em São Paulo, reuniram-se para a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes: Conselheiros (as) presentes:** Sidney Luiz da Cruz (SEHAB), Carlos Augusto M Vianna (SEHAB), Renan Massabini Martins (SEHAB), Diogo Soares (COHAB), Nilson Edson Leônidas (COHAB), Edsom Ortega Marques (COHAB), Glécya Maria Antonia Gonçalves (SEHAB), Walter Pedro Neves Silva (SEHAB), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Juliana Bueno Brandão Sanches Correa (SEHAB/SEGES), Sueli de Paula Santos (SMADS), Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Geni da Fonseca Monteiro (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Sheila Costa Marcolino (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP), Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo), Nelson Saule Junior (OAB-SP), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Mauro Marcondes Pincherle (SECOVI-SP), Josileide Neri de Oliveira (SINTRACONSP), Josélia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Aristeu Zensaburo Nakamura (Instituto de Engenharia de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Luiz Fernando de Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Maksuel José da Costa (MSTI), Nair Francisca Delatin (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Sheila Cristiane Santos Nobre (MOHAS), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social), Carlos Antônio Mattos (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Wellington Adriano da Silva (ANESP), Vanilde Aquino dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Alexandre Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Fredson Almeida Lima (AHD), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá), André Delfino da Silva (MDF), Vani Poletti (MOHAS) e Eliete Calisto da Cruz (CPIS). **Convidados (as) presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB), Leon Jacques Victor Cavalcante de Lima (SEHAB/ASSIST), Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE), José Carlos Latorraca (SEHAB/GABINETE), Rafaela do Nascimento (SEHAB/IMPrensa), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Laís Renata Rosa de Oliveira (SEHAB/SECMM), Denise (SEHAB/CTS), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia), Entre outros. **Conselheiros (as) ausentes:** Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES), Sidneia Maria Correia Leite (SIURB), Maiara dos Santos Dias (SMUL), Luciana Bertolini Bezerra (SMUL), Fabiolla Varanda Correia Leite (SF), Rodrigo Mendes Romão (CEF), Sílvia Pereira Costa (SEHAB), Luciana de Souza Braga (SGM), Adria Giaccheri (SIURB), Sueli Guerreiro Moraes (SMUL), Sibebe de Fátima Moraes Silva Delaniece (SMUL), Wilson Cabral da Silva (SF), Daniel dos Santos Barbieri (CDHU), David Prando Cotta (CEF), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC), Adriano de Assis Lateri (Força Sindical - SP), Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Edson Ramos (UGT-SP), Ana Luiza Patriota Costa Crevelaro (APEMEC), Renato Abramowicz Santos (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Tales Fontana Siqueira Cunha (FAU-USP), Carlos Augusto dos Santos (Força Sindical - SP), Ana Gabriela Akaiishi (IAB-SP), Fernando Guilherme Bruno Filho (OAB-SP), Ademo Bassi Júnior (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Ceci Soares Krahenbuhl Piccini (SECOVI-SP), Sueli Ramos de Lira (SINTRACONSP), Débora Sanches (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Jerusse de Avila Gorziza (UGT-SP), Maurício Domingues de Sousa (Associação Comunitária Fazenda do Carmo), Aginaldo da Silva França (ANESP), Fernando Antônio dos Santos Junior (ULCM), Fábio Monteiro de Lima (Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1), Osmar Silva Borges (CPIS), Maria de Fátima Lacerda Laranjeira (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Romaine Catrine Mouniz da Silva (MSTI), Helyny Oliveira da Silva (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia), José Tadeu Pedrosa (Centro Educacional Instituto Freire), Sandra Febroni Leite (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) e Welita Alves Cactano Ribeiro (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social). **Conselheiros justificaram ausência:** Eric Rodrigues Oliveira (SEHAB), Refferson Lima Silva, Mônica Terezinha Bartie Rossi (CDHU), Heloisa Bergamin Retamero (CAU-SP), Neomi Yumi Rodriguez (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Rayssa Cortez

(CAU-SP), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) e Eugênio Tadeu Bernardes (CIPROMP-SP).

Pauta da Reunião: Item 1 - Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CMH de 20/02/2025; **Item 2** - Solicitação de Voto CMH nº 29/2025 para continuidade do pagamento do auxílio-aluguel às famílias removidas da comunidade Rubens Porta Nova - Conselheiros (as) Paulina Maria Conceição da Silva e Alexandre Fernandes da Silva; **Item 3** - Informe do Programa Pode Entrar nas modalidades: Aquisição, Entidades e Empresas; **Item 4** - Informe sobre a prorrogação do mandato da 8ª Gestão dos Conselheiros do Conselho Municipal de Habitação - CMH 2022; **Item 5** - Informe sobre o andamento do Processo Eleitoral do CMH 2025 - 9ª Gestão - Biênio 2025/2027; **Item 6** - Informe sobre a avaliação dos valores das prestações habitacionais de famílias removidas e reassentadas em unidades Habitacionais de Interesse Social - Região de São Francisco. Solicitação Conselho Aginaldo da Silva França; **Item 7** - Informe sobre publicação do novo edital do Programa Pode Entrar Entidades. Solicitação Conselheiro Maksuel José Costa; **Item 8** - Outros assuntos. **Início Reunião: Sr. Sidney:** Boa tarde a todos. Na qualidade de Presidente do Conselho de CMH, dou por aberta a 12ª Ordinária do CMH da 8ª Gestão. Só que antes gostaria de cumprimentar o Diretor Presidente da COHAB, Diogo Soares; o Secretário Adjunto de SEHAB, Carlos Vianna. Cumprimentar aqui todos os colaboradores de SEHAB e COHAB, todos conselheiros e conselheiras presentes, todos presentes, todos que fazem parte da organização nestes momentos, que são momentos cruciais para o andamento das políticas públicas habitacionais da cidade de São Paulo. Dando sequência a nossa pauta, que é a aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CMH, que aconteceu no dia 20/02/2025. Como há quórum para votação, aqueles que concordarem com aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CMH permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade. Próximo, segundo item, Solicitação de Voto CMH nº 29/2025 para continuidade do pagamento do auxílio-aluguel às famílias removidas da comunidade Rubens Porta Nova - Conselheiros (as) Paulina Maria Conceição da Silva e Alexandre Fernandes da Silva. Aqueles que concordarem com a aprovação do item 2. Dona Paulina, como a senhora solicitou, antes de levarmos à votação, passo a palavra para a senhora dar uma explicação, esclarecimentos acerca do pedido. Com a palavra, dona Paulina. **Sra. Paulina:** Boa tarde a todos. Gente, eu estou com essa pauta, a respeito do Rubens Porta Nova, como todo mundo sabe, eu sou a Conselheira, eu sou Presidente Comunitária, não tenho só Rubens Porta Nova, sempre ajudo a população que está em baixa renda, que está dentro de uma comunidade. E eu ajudei sempre essa comunidade, sendo a liderança mãe. O Alex, eu trabalhamos juntos. No ano passado, há dois anos, conseguimos tirar a comunidade com um mais um, porque falaram que era risco. Tudo bem, conseguimos, porque era risco. Depois, passaram dois, três meses e veio uma obra. Veio uma obra em cima do córrego. Quer dizer que a comunidade não saiu pelo risco, saiu pela obra. Mas só que a Subprefeitura da Lapa não passou para a Habitação, e a Habitação praticamente não tinha conhecimento. Hoje está aí a situação, as famílias estão ficando sem o aluguel e sem a moradia, praticamente, por motivo de um erro que poderíamos ter resolvido naquela época lá atrás. Mas só que hoje, estou pedindo para os conselheiros que, por favor, ajudem essas famílias. E a moradia deles tem que ser, mais ou menos, que é Barra Funda, tem que ser no CT. Por que o CT? Vai sair muita moradia. Não é só Água Branca, não é só Aldeinha. Eu já tive conhecimento de todas as moradias que vão sair ali, no CT. E eu mesmo já estou no CT pelo Lidiane. Quer dizer que esse pessoal tem que ir para o CT. Por quê? Por motivo de ter vagas. Já termos discutido antes, que eu vi antes com o Cury na época da planta. Quer dizer que tem possibilidade. Depende muito do Conselho. Peço a compreensão de vocês. Obrigada. **Sr. Sidney:** Com a palavra, Kátia. **Sra. Kátia:** Só para explicar direitinho, para quem não conseguiu entender muito o que a Paulina falou, é o seguinte. Essa comunidade é uma comunidade que está desde 2013, chamávamos de favela do Playcenter. Ela ia passar por uma intervenção da Subprefeitura. E o certo, de acordo com a Portaria 131/2015, que é a Portaria do Auxílio-Aluguel, a Portaria que estabelece as diretrizes do auxílio-aluguel na cidade de São Paulo, com base nela, nós poderíamos colocar essas famílias no auxílio-aluguel e atendimento continuado, até o atendimento habitacional definitivo. O que aconteceu? Por um motivo que desconhecemos, nós não soubemos dessa intervenção e essas famílias foram removidas pelo risco. Ou seja, o auxílio-aluguel delas não é continuado. Foi para 12 mais 12, que na remoção por risco, o auxílio-aluguel é de 12 mais 12. E aí o que aconteceu? Vai para lá, vai para cá, a Paulina veio em várias reuniões, solicitou isso. Como elas foram removidas com base no que tinha sido colocado anteriormente, que era o risco, nós não poderíamos inseri-las no auxílio-aluguel continuado, porque a base do auxílio de remoção foi o risco. Aí ela veio, solicitou essa pauta ao Conselho, depois que ela apresentou o documento, ela veio falar comigo e falou: "Kátia, vou pedir para ver se o Conselho aprova isso". Então, só para deixar claro para vocês, as famílias que iriam receber o auxílio-aluguel 12 mais 12, que seria por risco, com apoio do Conselho, no caso, a Paulina está solicitando com apoio do Conselho, a continuidade do pagamento do auxílio-aluguel até o atendimento habitacional definitivo. Porque esse direito eles não perdem. Mesmo tendo sido removidos por risco, eles mantêm o atendimento habitacional definitivo. Deu para entender? Alguma pergunta? **Sra. Nair:** E a quantidade de famílias, pode nos dizer? **Sra. Kátia:** 324. **Sr. Sidney:** No requerimento, são 324 famílias. Prestados esclarecimentos, há quórum, vamos para a votação do segundo item, para ter aqueles que concordarem com a solicitação de Voto do CMH nº 29/2025, para a continuidade do pagamento do auxílio-aluguel às famílias

removidas da comunidade Rubens Porta Nova, conselheiros (a) Paulina Maria Conceição Silva e Alexandre Fernandes da Silva. Aqueles que concordarem, permaneçam como estão, aprovado por unanimidade. Temos alguns informes durante a leitura desses informes. Eu gostaria que fizesse a inscrição, respeitando aí cinco manifestações. Não está na pauta, Katia, mas eu acho que é uma oportunidade de ouvirmos aqueles que quiserem se manifestar. O terceiro item, Informe do Programa Pode Entrar nas modalidades Aquisição, Entidades e Empresas. Nilson da COHAB fará uma breve apresentação. **Sr. Nilson:** Boa tarde a todos. Pensamos em desenvolver um mapinha aqui. Acho que vocês já viram esse mapinha da outra vez. Vocês não receberam agora, mas vão receber esse mapinha, com a localização de todos os empreendimentos do Pode Entrar Aquisição, Entidades e Empresas. Este mapa aqui representa as ações da Prefeitura de São Paulo pelo Programa Pode Entrar, feito pela COHAB e pela SEHAB nas diversas regiões da cidade de São Paulo. Mostra a abrangência de todo o programa que tem andamento aqui. Esse mapeamento do número de unidades, é uma projeção para o ano de 2025, em função de aprovação de projetos em amarelo. Esses em amarelos aqui, depois vocês podem olhar detalhadamente, são empreendimentos que são projetados para o ano de 2025 em função dos recursos que poderão ser disponibilizados ainda. Não estão contratados todos aqui. Inclusive, alguns já entregues atualizados, até os últimos que fizemos aqui, que é o último, que foi o Prestes Maia, mais ou menos nos 25 dias que teve a entrega. Os que estão em andamento hoje aqui, que constam com recursos do FMH, todos esses que estão em andamento têm o recurso disponibilizado. Os futuros aqui, a Secretaria, a Prefeitura vai viabilizar os recursos assim que possível. Depois o próprio Secretário e o Presidente podem falar a respeito disso, dos recursos, de novos empreendimentos, depois você pode mencionar a futura contratação de alguns empreendimentos novos aqui. E o Aquisição é aquele procedimento que fizemos no chamamento empresarial em duas etapas, uma de 10 mil e 11 mil e 716 unidades que estão em andamento. Inclusive vamos ter entregas agora de 10 mil até o final do ano, dezembro, e 11 mil no ano que vem, atendendo predominantemente a demanda do auxílio-aluguel. 80% da demanda do auxílio-aluguel, inclusive, já vou repetir o que eu falei na outra reunião, está zerando a fila de demanda do auxílio-aluguel da região norte. Mas por que a região norte aqui foi beneficiada? Não foi beneficiada. É uma questão de logística das empresas que entraram com preços menores aqui no chamamento e se deu mais aqui na zona norte de São Paulo, e uma parte excepcionalmente grande aqui também na região de Raposo Tavares, que é o famoso Raposo, para quem conhece a região. São 6 mil unidades divididas em duas etapas de construção. Os apartamentos estão bastante avançados. Eu estive visitando muitas dessas obras aí, os apartamentos bons. E o mesmo padrão que as construtoras estão empregando aqui, elas empregam no mercado privado, entregam no mercado privado. Até o nosso aqui tem umas melhorias que o mercado privado não tem, umas pequenas coisinhas assim, extração de gás, piso e tal, o mesmo padrão que está sendo empregado aqui, e vocês vão acessar aqui, na reunião do Conselho Executivo vamos detalhar valores disso aqui. Aqui nós estamos tendo uma visão mais ampla desses empreendimentos. Um investimento de mais ou menos uns 8 bilhões de reais, realmente um investimento vultoso por parte da Prefeitura, recurso 100% dos cofres públicos. E é isso, é uma apresentação curta, concisa e direta sobre o programa, que dá uma visibilidade do Conselho do FMH. Tudo vai ser disponibilizado para vocês via e-mail. Essa aqui é a versão abril de 2025, está atualizada até essa semana. **Sr. Miguel:** Nilson, por que conforme o combinado essa apresentação não chega para nós antes da reunião? Porque nós que estamos aqui olharmos ali e não olhar em nada é a mesma coisa. **Sr. Nilson:** Miguel, foi atualizado até ontem essa informação aqui, por isso que não foi disponibilizado. Mas você vai receber no e-mail, você vai poder acessar isso aí tranquilamente. **Sr. Sidney:** Só um minutinho, só a respeito do que foi falado aqui com relação à entrega com antecedência das informações, eu gostaria, Presidente, nas próximas reuniões, para atendermos ao pedido. Eu concordo, é difícil de visualizar pela quantidade de informações, a letra pequena e da próxima reunião, antecipadamente já fica aqui um pedido ao Presidente e a todos os nossos servidores aqui para providenciarmos com antecedência. **Sra. Vani,** com a palavra. **Sra. Vani:** Boa tarde. Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Diogo Soares. Foi feita aqui uma apresentação, mas eu quero deixar um registro para o Diretor da COHAB e o Secretário. As entidades estão sofrendo muito com os atrasos das liberações. E isso ocasiona um desequilíbrio financeiro para darmos continuidade e assumir os nossos compromissos com os nossos fornecedores, tanto de compra de material, quanto de prestação de serviço. Eu quero deixar aqui esse registro porque eu acho importante, que isso aconteça com as entidades organizadoras, que eu tenho certeza que não acontece o atraso de liberações com as construtoras. Então, tem um tratamento diferenciado, sempre teve. E eu quero deixar aqui esse registro. E assim, para vocês pensarem uma logística de não atrasar as liberações para as entidades organizadoras. Eu vou dar um exemplo. Nós estamos no final de abril. Recebemos janeiro. Ainda falta receber fevereiro, que não vai acontecer em abril, pode acontecer lá para maio. Então, isso é prejudicial financeiramente para o andamento dos compromissos que assumimos em obra. Muito obrigada. **Sr. Diogo:** Sra. Vani, tudo bem? Com relação aos repasses, a COHAB é a operadora do programa. Recebemos o repasse via Secretaria. A Secretaria tem dialogado com a Secretaria da Fazenda, quem faz os repasses também para a SEHAB. Recebemos esses recursos agora nos últimos 15 dias. Foi saneado. E temos o compromisso para que não decorra do programa isso não aconteça novamente. Até já dialogamos agora na abertura do orçamento deste ano para que não passemos por esse processo no próximo ano, no final do ano. E liberamos os pagamentos

conjuntos. Eles foram repassados por blocos da fase 1 e da fase 2. Então, independente de ser entidade ou construtora, elas foram recebidas no mesmo período conforme as liberações de pagamento. **Sra. Kátia:** Só para complementar a fala do Presidente, 30 segundos. Com relação aos repasses que acabou a Vani citando, temos uma distinção de construtora. Na realidade, os processos seguem o mesmo rito. A única diferença é que a forma de apresentação da modalidade de autogestão é uma e a forma de apresentação da modalidade de cogestão é outra. Então, as modalidades são distintas entre si. Elas não são parecidas em nenhum momento. E a forma da apresentação dessa prestação de contas também. Só para deixar claro que o que aconteceu no início do ano foi um atraso no repasso de recurso como um todo. Não foi um atraso de repasso do recurso da modalidade de autogestão. Quem está recebendo janeiro, está recebendo janeiro e abril, isso tanto a entidade modalidade de cogestão quanto a autogestão. Só para deixarmos aqui gravado, para não ficar parecendo que beneficia um e beneficia outro. E também as análises são feitas caso a caso. Precisamos apresentar a documentação da forma correta também. **Sr. Diogo:** É de total interesse nosso acelerar o programa. Quando temos o avanço de obra, tanto do Entidades, quanto das construtoras, para nós é um benefício porque temos o atendimento final acontecendo o quanto antes e temos esse mutuário entrando também para o Município e dando saúde financeira para a companhia. Então é de interesse nosso, até porque a remuneração também da COHAB ela vem em conjunto com o que vocês recebem. Então para nós também acelerar isso é o quanto antes. Temos conversado inclusive para fazer antecipação para aqueles que estão com avanço de obra maior do que o fluxo que foi estabelecido. **Sr. Sidney:** Antes de passar a palavra, só para complementar tudo que já foi falado aqui, com relação a essa preferência entre iniciativa privada ou entidades, os critérios aqui são da impessoalidade, da imparcialidade. Aqui o que houve já foi explicado e não existe, estou falando tanto com relação à COHAB, como com relação à SEHAB esse tipo de tratamento privilegiado para quem quer que seja, para deixarmos bem claro com relação a esse ponto que foi essa possibilidade que foi levantada. Com a palavra, Conselheira Renata. **Sra. Renata:** Boa tarde a todas e todos, meu nome é Renata, sou conselheira titular pela Assessoria Técnica. Eu vim falar outra coisa, mas vou aproveitar, pegar o gancho da Vani, falar um pouquinho, aproveitar a fala do Presidente, do Secretário. Entendemos e ficamos felizes que não seja privilegiada nem a construtora, nem o Movimento, mas precisamos entender e admitir, até pelas regras do próprio programa, que quando há um atraso de liberação financeira, isso não impacta da mesma forma as construtoras e os Movimentos sociais. As construtoras, elas possuem capital de giro, elas conseguem ter maleabilidade mediante um atraso, elas estão prontas e preparadas para isso, elas têm finalidades lucrativas e está tudo certo, é a regra do jogo dela. No caso dos Movimentos sociais, os Movimentos não têm capital de giro. Se o Movimento aqui, na ausência de uma liberação de 800, 900 mil, dizer assim, pode deixar que o banco, tenha alguma coisa esquisita, o Movimento Social não tem capital de giro. Então, o Movimento, quando tem duas, três liberações atrasadas e ela não consegue pagar, por exemplo, um fornecedor, ela começa a incorrer em juros, que o programa não admite pagamento. Quem vai pagar esses juros são as famílias. Então, por mais que eu compreendo que o atraso possa ter sido para os dois lados, isso bate diferente na ponta do programa, no ponto da política pública. Eu estou dizendo isso aqui, mas eu já disse isso aqui há um ano, há dois anos. Já brigamos isso aqui muitas vezes, vocês não, é a primeira vez. Ano passado, tiramos neste Conselho aqui que faríamos uma comissão para discutir o Pode Entrar, porque tem vários pontos em que nós, conselheiros, gostaríamos de participar e de colaborar. Eu faço parte de uma Assessoria Técnica que operacionaliza o Pode Entrar. Já fizemos algumas reuniões, já tivemos muitas discussões, entendemos que tem um grupo aqui técnico e de Movimento Social extremamente apto a fazer essa discussão. E esse grupo nunca foi chamado, ele nunca saiu do papel, você lembra, Kátia? Ele nunca saiu do papel. Então, eu faço um pedido aqui para que respeitemos o que foi decidido nos Conselhos anteriores, e que coloquemos esse grupo para andar. Porque esse grupo seria um braço muito importante, Presidente, para que façamos o que você falou. Quanto mais obra entregue, obra bonita, mais contratação, melhor para todo mundo. Então, eu entendo que fica o meu pedido aqui, inclusive para numa próxima reunião termos a retomada desse grupo. Já demos nomes, acho que podia até passar uma rodada nova. Estamos numa transição de gestão, eu não vou ser mais conselheira. Então, é importante uma rodada nova para que as pessoas possam participar. Algo que eu vim para falar sobre esse grupo e a minha última pergunta é que acho que essa apresentação é importante, mas acho que podíamos até preparar para uma próxima reunião uma apresentação mais completa, do tipo, quanto por cento dos valores, dos recursos públicos foi destinado ao Entidades. Quantos por cento estão destinados ao Aquisição Própria? Quanto está destinado às construtoras? Para também termos um parâmetro se as diretrizes do programa estão sendo respeitadas. Tíhamos nas diretrizes, não sei se todo mundo lembra, 40% das contratações, dos valores investidos, deveriam estar com as entidades. Então? Não sei, talvez sim, talvez não. Mas não temos esses dados. Então, eu entendo que uma próxima apresentação - e aí já estou falando agora porque vai demorar dois meses ainda, dá tempo de preparar - venha com elementos que façam com que de fato possamos discutir o que importa. Quantos por cento dos valores e dos recursos estão sendo colocados nas Entidades? Quanto estão sendo colocados nas construtoras? Como conseguimos visualizar isso de maneira muito rápida no mapa? Então, acho que isso seria importante. Obrigada. **Sr. Diogo:** Renata, até para contribuir com a sua fala e para te deixar tranquilo. Em relação ao edital, quando foi feito a contratação, já tem lá o que foi os percentagens tanto de Entidades, Empresas,

quanto Aquisição. Então, já tem essa distribuição. Mas o que podemos fazer, Nilson, é incluir nesse material que você vai enviar para eles o avanço de obras, que aí eu acho que é uma informação que acaba sendo gerencial para o Conselho, para que saiba o quanto cada obra está avançada, enfim. E até para partilhar também eventuais dificuldades que tenhamos e que possamos ter que lidar de uma maneira nova. Foi constituído um grupo, inclusive, entre a Secretária e COHAB, para lidarmos com as excepcionais. E aí talvez tenha um representante do Conselho nesse grupo, que é salutar, acho que é importante. Depois, o grupo é presidido lá pela SEHAB, Secretário, acho que vale a pena ter alguém do Conselho também fazendo parte, acho que é saudável. **Sra. Renata:** Presidente, agradeço. E só para lembrar, muitos conselheiros aqui sabem disso, mas o Pode Entrar foi criado dentro do Conselho Municipal. Então ele tem a participação de muitos dos conselheiros que estão aqui na sua origem. Então, acho nada mais coerente e eficaz para a cidade mesmo que os conselheiros continuem participando, colaborando e aprimorando o programa, porque, de fato, é de interesse de todo mundo. E aí quando eu falo só de saber as percentagens, é uma coisa muito simples. Entender assim, vou chutar, 30 mil unidades contratadas. Das 30 mil, 10 mil está por Entidades, 15 mil está por construtoras e parte de construção própria. Para termos uma noção se as orientações do Pode Entrar estão em parâmetros similares ao que havia sido previsto no início do programa. Até para corrigir distorções e para pensar novos caminhos. **Sr. Sidney:** Muito obrigado, Renata, pelas contribuições. É só para reforçarmos quando foi falado a respeito da dificuldade das Entidades, quando há atrasos, é compreensível o que foi explanado aqui. E como já foi dito aqui pelo Diretor-Presidente da COHAB, estávamos no momento de transição, tivemos dificuldade aí nesse repatriamento ou encaminhamento dos recursos, isso servirá de lição para o ano que vem, para que isso não venha acontecer novamente. Com a palavra, Samira. **Sra. Samira:** Eu vim para completar a fala do Miguel, muito a Renata já colocou, até ia passar a fala, mas queria só completar mais uma questão que agradeço ao Secretário por se disponibilizar para arrumar esse problema, mas só lembrar que estou no CMH há sete anos, estou terminando a minha segunda gestão e quem está aqui sabe que a gestão anterior foi longa, então estamos aqui há bastante tempo. E isso é muito recorrente. Então esse não é um problema de agora, não foi essa apresentação que foi com letras pequenas e que não recebemos antes. Isso acontece continuamente. E o problema não é só não conseguirmos ver aqui, não termos acesso a informações, vocês podem mandar, mas perdemos o momento de discussão dessa informação. Então, agora vamos ficar pelo menos dois meses sem poder discutir essa informação que foi dada aqui, como já não discutimos essa informação ao longo, desde a criação do Pode Entrar, porque essa informação deve ter vindo parar aqui, provavelmente uma, duas vezes nesse tempo todo que estamos acompanhando. **Sr. Sidney:** Samira, eu concordo, é uma possibilidade de elevarmos a qualidade do debate nas nossas reuniões e, como já foi falado aqui, acho que é um compromisso tanto do Secretário que nos fala e do Presidente, para que possamos entregar com antecedência esse mapa e, dentro do possível, por conta da quantidade de informações, também melhorar o visual das apresentações. Paulina, com a palavra. **Sra. Paulina:** Eu vim aqui representar a Ana Cristina do Córrego do Bispo, que ela está aqui presente. E ela está com processo também, que é quase idêntico ao nosso problema. De umas famílias que saíram do Córrego do Bispo e ficaram esquecidas. Tem um número aqui do processo, que é 363, e praticamente está esquecida. Uma já foi chamada o ano passado e as outras já ficaram para trás. Ela está pedindo com carinho a atenção do Conselho em conjunto. **Sr. Sidney:** Paulina, eu vou receber aqui e vou fazer um encaminhamento para que possa... Vou pedir para fazer um levantamento e que seja dada uma resposta à requisitante. Item quatro é o informe sobre a prorrogação do mandato da 8ª Gestão dos Conselheiros do Conselho Municipal de Habitação de 2022. Kátia, Presidente, com a palavra por gentileza. **Sra. Kátia:** Gente, então, eu conversei até com o Secretário Adjunto, o Cacá. Eu conversei até com o Secretário adjunto antes da reunião hoje aqui. Encaminhamos a prorrogação do mandato. Ela vai acontecer até a eleição. Vocês sabem até que a nova Comissão do CMH seja empossada, até o momento da posse. Então, o Conselho se estende até lá. O oitavo mandato foi prorrogado. O Secretário Sidney Cruz fez essa prorrogação, assinou por aqui e ela está tramitando na Casa Civil. Estamos aguardando essa definitiva. Está aguardando, mas o mandato está prorrogado, tanto é que estamos aqui. Saiu a Portaria 19 também, que prorroga o mandato de vocês e tudo mais, mas a Maria Helena encaminhou. Quando ela encaminhou o convite, ela encaminhou também a Portaria 19. Vocês devem ter recebido aí. **Sr. Sidney:** Próximo informe, o item 5, é o informe sobre o andamento do processo eleitoral do CMH, 9ª Gestão, Biênio 2025/2027. Passo a palavra também para a Kátia para esclarecimentos. **Sra. Kátia:** Vamos lá. Estamos no momento das análises, das análises das inscrições. O processo de inscrição se encerrou agora no dia 24 de abril, às 23h59, o sistema fechou. E, a partir do dia útil seguinte, nós iniciamos o processo de análise das inscrições. Os membros da Comissão Eleitoral, alguns até estão aqui, eles estão acompanhando junto conosco todo esse processo. E, no dia 5, nós teremos a reunião para a formulação da Ata, para a publicação dos deferimentos, indeferimentos e das pendências. Porque vão ter inscrições que, de acordo com a análise da Comissão Eleitoral, poderão complementar a documentação assim como está previsto no edital. Se alguém tiver alguma dúvida e quiser falar. **Sra. Mª Helena:** Então, a nossa homologação está para ocorrer no dia 28 de maio. E, a partir do dia 28 de maio, começa a campanha eleitoral. Então, vai até o dia 4 de julho, que, no dia 6, será a eleição. E pedimos assim, porque como estamos na análise de documentação, conforme fala o cronograma, não pode haver nenhuma manifestação pública. Então, qualquer manifestação pode recorrer numa legislação. Podemos contar com

a colaboração de todos para não haver nenhuma propaganda até o período eleitoral que começa no dia 28 de maio. E a eleição será no dia 6 de julho de 2025. **Sra. Kátia:** Gente, só para reforçar, nós temos recebido diversos documentos, diversos vídeos de grupos e chapas que estão realizando as campanhas independente do prazo que foi estabelecido no edital. O edital tem prazo. A Comissão Eleitoral é o órgão supremo dessa eleição. O que está acontecendo aqui? O pessoal está nos mandando para tomarmos providências com relação a alguns compartilhamentos, algumas... O pessoal já está fazendo até os flyers para divulgação das candidaturas. Isso não pode. Isso só pode ser feito a partir do dia 28 de maio, que é quando se inicia o processo de campanha. Já pensou? O candidato à vereador, deputado, pode fazer campanha fora do prazo? Não, ele não pode. Essa eleição segue o mesmo rito. Existe uma Comissão Eleitoral que está aí para julgar. Às vezes, a pessoa sem conhecer, por não ter lido o edital, acaba fazendo, mas não pode. Só para deixarmos claro aqui o que a Maria Helena colocou, que nós temos visto muitos vídeos e muitos flyers sendo distribuídos de chapas. Não pode ser feito. O que você pode é pegar esse material, começar a trabalhar o material, mas distribuir santinho e vídeo de chapa não pode. Nem compartilhar. Só para deixar claro. **Sra. Mª Helena:** Mesmo porque estamos na fase de análise, na fase de deferimento e indeferimento. Não se sabe quais são os deferimentos e indeferimentos que irão ocorrer. Então, é isso. **Sr. Miguel:** Qual procedimento será tomado para quem faz a propaganda antes do tempo? **Sra. Mª Helena:** A Comissão Eleitoral é soberana. Então, qualquer manifestação, vocês encaminham que vamos fazer análise, tanto para o jurídico como para tomarmos as medidas necessárias. **Sr. Nelson:** Nelson Saule, representando aqui a OAB. Só um esclarecimento, esse processo eleitoral que vocês estão falando é de um segmento. E os demais segmentos como está o processo? Como vai ser? Acho que era bom informar. **Sra. Mª Helena:** Na verdade, a eleição é para dois segmentos. Para a Sociedade Civil e para os Movimentos Populares. Estamos recebendo as inscrições. E, se acaso, na Sociedade Civil tiver mais cadeiras do que inscritos, então já homologamos automaticamente a candidatura para a Sociedade Civil. É isso que acontece. Todas as eleições, geralmente, ocorrem só pelos Movimentos Populares. Pelo poder público, existem as indicações. As inscrições se encerraram no dia 24 de abril. E estamos na análise das documentações, dos inscritos. Então, nós temos até o dia 7 para publicar, a fase que tem condições de complementar documentações, que no edital, dá essa abertura de algumas entidades poderem complementar essas documentações. A homologação final, que é após os inscritos, após a complementação de documento, a publicação para as candidaturas vai ocorrer no dia 28 de maio. É só a partir do dia 28 de maio que se consegue abrir para fazer a campanha eleitoral. A concorrência é para a Sociedade Civil e para os Movimentos Populares, o edital. A Sociedade Civil, queremos dizer os sindicatos, porque nós temos cadeiras para os sindicatos, nós temos cadeiras para a OAB. Essa é a Sociedade Civil que estamos falando. **Sr. Sidney:** É importante também que a proibição de campanha antecipada serve para os dois. Fase de análise, depois deferido, começa oficialmente a campanha. **Sra. Renata:** Secretário, só pensando na seriedade que é o Conselho, eleição e tudo mais. Já houve vídeos que vocês receberam de pessoas fazendo campanha antecipada. Quais medidas serão tomadas para essas pessoas que estão concorrendo e já infringiram o edital? **Sr. Sidney:** Se chegar o conhecimento... Se tem o conhecimento, é óbvio, se houve violação às regras, tem que ser levado em consideração o que aconteceu e indeferido a candidatura. Kátia, já existe a provocação nesse sentido? **Sra. Kátia:** Sim, existiu uma provocação, mas estamos aguardando, porque estamos na leis em conjunto. É uma Comissão Eleitoral. Eu não posso dizer para vocês como vai ser tratado isso, porque vamos colocar em pauta no dia da reunião que vai ocorrer. Nós vamos colocar isso em pauta e a Comissão Eleitoral vai definir o que vai ser feito. É claro, que se descumpriu as regras é aquilo que o Secretário falou. A chapa ou o candidato que infringiu a regra, o pré-candidato, pode sofrer as consequências, porque às vezes é o ato de uma pessoa dentro de uma chapa. Vou indeferir a chapa? O edital diz que não pode infringir as regras da eleição, só que ele não trata chapa somente, são inscrições de candidatos. Eu sou uma candidata. Eu vou lá e infrinjo uma regra. Eu vou comprometer toda a chapa? Temos que definir isso. Se a Comissão disser que vamos comprometer toda a chapa, ok, se a Comissão disser que vamos comprometer somente aquela candidatura da pessoa que infringiu. Porque às vezes a pessoa faz da cabeça dela, não está nem dialogando com o grupo e, de repente, aparece soltando um vídeo. **Sr. Sidney:** Kátia, só para avançarmos com relação a esse assunto, eu acho que o mérito será julgado, será apreciado no momento oportuno pelo Conselho. E aí avaliando o comportamento, o que ditam as regras, tenho certeza que o Conselho tomará, a Comissão tomará a melhor decisão, a decisão acertada. Sexto item, Informe sobre a avaliação dos valores das prestações habitacionais de famílias removidas e reassentadas em unidades Habitacionais de Interesse Social - Região de São Francisco. Solicitação Conselheiro Aguinaldo da Silva França; **Sra. Kátia:** O Aguinaldo teve um probleminha. Ele teve que embora, mas o Wellington está aqui. **Sr. Sidney:** Wellington, você vai falar a respeito desse informe ou não? **Sr. Wellington:** O Aguinaldo pediu ao Maksuel. **Sra. Kátia:** Eu vou só informar para dar uma resposta para ele. Na realidade, a solicitação do Aguinaldo foi a seguinte. Ele queria que a Secretária de Habitação e a COHAB realizasse uma avaliação da possibilidade de redução do percentual, que é de 15%, 15% no caso, sobre as parcelas do programa Pode Entrar. Que ele entende que os valores são muito altos, que ele entende que isso, que aquilo. Ele trouxe essa pauta para a gente. A pauta acabou vindo fora do prazo, não deu para colocar; para ser votada, mas decidimos dar um informe e foi conversado com ele também, tratado a respeito disso. Por quê? Porque ele veio para uma reunião anteriormente e acabou falando

do mesmo assunto. E aí não dá, gente, só para resumir, não dá para reduzir o valor da prestação. Existe um decreto para reduzir o percentual sobre o valor da prestação. Existe um decreto que é o Decreto 63088/2023, que é o Decreto de comercialização dos programas de provisão habitacional da cidade. Esse valor, esse percentual não pode ser reduzido, porque o valor e o percentual estão estabelecidos nesse Decreto. Então, não existe a possibilidade disso ocorrer. Isso já foi aprovado, foi discutido, inclusive, no próprio âmbito do Conselho. Como a própria Renata colocou, o programa Pode Entrar foi discutido e pautado neste Conselho aqui. Essa definição dos 15% saiu, inclusive, em uma resolução do próprio Conselho. Só para deixar claro que reduzir não se pode. Não sei se o Secretário e o Presidente da COHAB querem falar alguma coisa, mas é isso. **Sr. Sidney:** É isso, Kátia. **Sra. Nair:** Boa tarde a todos. Eu vou pegar o item da solicitação do informe do Aguinaldo. Então, é assim. Na gestão anterior, sem estar na gestão do Diogo e do Sidney, do Secretário atual, nós tivemos uma discussão com alguns parceiros que estariam próximos de fazer a entrega Pode Entrar Entidades, a questão da cogeção com as famílias que estariam superando os três salários mínimos. Naquele momento, chegou aqui para nós no Conselho, quem participou vai lembrar-se disso, e nós compreendemos. Compreendi naquele momento, mas hoje eu não estaria concordando com a situação. E vou explicar qual é o motivo. Diante dos três salários, é o 15%, ninguém vai se discutir isso e estaria de acordo, porque você teria um subsídio de um até três, atingindo R\$ 700,00, R\$ 800,00 de subsídio. Então, uma prestação mínima de R\$ 225,00 até R\$ 450,00, máximo R\$ 500,00. O que caberia no bolso até três salários mínimos. O que ocorre? A gente, quando tem um programa, e também não temos o outro lado, não conseguimos compreender naquele momento, vem uma decisão para os Movimentos que a família que ultrapassasse os três salários mínimos, ela não seria prejudicada em perder a unidade, mas seria tirado dela o benefício do subsídio. Todo mundo lembra-se disso, nós concordamos e entendemos que você tem a unidade, mas você pagaria a prestação cheia. Só que qual era a prestação cheia? Isso não estava claro naquele momento para nós. Então, a prestação cheia é R\$ 1.670,00? É caro, não? Não está dando jeito para entrar isso no bolso das pessoas. Hoje, temos um salário mínimo, quanto que está? R\$ 1.518,00? É isso? Então, três salários mínimos, fiz uma conta rápida aqui, R\$ 4.554,00. Ai temos uma prestação de R\$ 1.570,00 e R\$ 1.670,00, que é a prestação cheia. Ai você coloca mais o condomínio. E aí temos a despesa do condomínio, mas os primeiros meses você tem todas as garantias, às vezes até um ano. Após isso, você perde a garantia. Após seis meses, garantia de elevador. Isso é inclusão também na despesa. Então, daqui a pouquinho está se fechando um condomínio de R\$ 260,00 mínimo até R\$ 350,00. O que eu estou assim indignada, porque é muita concorrência, no sentido da portaria 24 horas, aquela coisa toda. O Pode Entrar está ficando caríssimo. E não é a proposta do Prefeito. O Prefeito disse claramente 15% da prestação tem que caber no bolso, é social. Então, temos que começar a ter esse olhar e talvez refazer esse caminho. Se não dá para que seja de 100%, pelo menos 50%, o benefício precisa se manter. É isso que eu estou sentindo neste momento. Por isso, trago essa proposta aqui. Obrigada, Presidente. **Sr. Diogo:** Secretário, vou pegar carona no que a Nair trouxe. Também colaborando e concordando com uma possível distorção, que é a família que estoura, talvez se desenquadra nos três salários mínimos, mas talvez não atinja uma renda tão alta o suficiente para submeter para a Comissão apreciar e eventualmente criar um critério que seja equilibrado para que não haja essa distorção para as famílias. E aí levamos para a próxima reunião para deliberação junto com o jurídico. **Sr. Miguel:** Na verdade, há um equívoco aqui. Qual que é o equívoco? Não se há discutido que a família vai pagar a prestação cheia. E eu vou relembrar aqui. Lembra quando nenhuma reunião desta aqui do Conselho, a COHAB trouxe o jurídico que nossa demanda, naquele momento, era que a família que vem a longo tempo na Entidade, naquele percurso, pode ter uma melhoria, uma promoção e ultrapassar os três salários mínimos, que a nossa demanda é que não retiraria a família. Por exemplo, a família está ganhando mais de quatro salários mínimos, está ganhando cinco ou seis mil reais. Ela vai pagar 15% dos seis mil reais. Essa foi aqui. Eu tenho a Ata da reunião. Todos nós temos. Não, não perde o subsídio. Está na Ata de quando o jurídico vem aqui. Isso nós já discutimos no comercial. Nós fomos chamados para assinar o termo de adesão. Nós já discutimos isso. Não perde o subsídio. Se ele ganha mais de três salários mínimos, ele vai pagar 15%. Se ele ganhar, ele não vai retirado do programa. Está garantido no programa porque ele houve uma mudança, teve uma promoção, melhorou o salário. Se ele estiver ganhando mais que três salários mínimos, ele vai pagar mais na prestação. Vai pagar 15%. Lógico que quem ganha um salário mínimo e quem ganha três salários mínimos, vai pagar um valor diferente na prestação. Como também quem exceder três salários mínimos não ficará fora da demanda, mas vai pagar 15%. Isso é o que está acertado com o comercial e foi o que o jurídico falou aqui na reunião e tem a Ata da reunião. Obrigado. **Sr. Sidney:** Senhor Miguel, nós temos duas informações aqui, mas aqui é um compromisso SEHAB/COHAB, vamos avaliar e se tiver qualquer tipo de distorção com relação ao teto de cobrança, nós vamos corrigir. Esse é um compromisso nosso aqui. **Sra. Nair:** Eu sei o que estou falando porque eu acabei de entregar a obra, então está a prestação cheia mesmo. **Sr. Sidney:** Vamos levar para a Comissão, e se de fato aconteceu algo que foge do teto da cobrança, vamos buscar a reforma desse comportamento aqui dentro. **Sra. Vani:** É importante lembrar que quando as entidades assinaram para iniciar a obra, nós tínhamos que apresentar uma lista de demanda com a renda dessas famílias. Eu vou citar o exemplo da entidade, que eu sou responsável pela obra lá no Capão Redondo. Então, nós apresentamos essa lista em setembro. Qual era o combinado? Que toda demanda que foi apresentada naquele momento ia congelar a

renda. Só que isso foi falado do Secretário verbalmente, e que os Movimentos reivindicaram foi que isso foi pactuado oficialmente, ou através de uma Portaria, ou através de um Decreto, que é a reivindicação dos Movimentos Sociais, que permaneça a renda daquela família, que foi apresentado na época da assinatura do convênio. É essa a reivindicação. Porque várias pessoas permaneceram, tiveram subsídio. É só para olhar isso com carinho. **Sr. Sidney:** Acabamos de entregar o empreendimento da Nair, eu acho que é um dos mais próximos, os últimos que foram entregues. Acho que é uma forma de avaliarmos, e se tiver qualquer incorreção, vamos trabalhar para fazer os ajustes necessários. É importante que essas famílias sejam contempladas, mas que possam, dentro da sua renda familiar, suportar as parcelas e ter a felicidade almejada por todas as famílias. Quero cumprimentar aqui também o nosso Vice-Presidente da COHAB, não sei se eu falei no início, mas se eu não falei, eu quero corrigir. Nunes Peixeiro, sempre vereador, meu colega há quatro anos lá, dois, trabalhamos juntos. Com a palavra Nunes, que não é o Peixeiro. **Sr. Nunes:** Era só em cima desse debate, desse debate da renda, porque ele é um debate que vem se estendendo desde o início das obras. Eu acho que é uma coisa que me parece que tem muitas informações e não conseguimos também no diálogo aqui com a Secretaria, chegar em um consenso em relação a ele. Eu acho que é importante, inclusive, que as primeiras obras sejam entregues, como da Nair, que dá para se ter um parâmetro mais concreto do que se fala. Porque, de fato, como o Miguel falou, tem várias discussões que fizemos aqui dentro do CMH, tem Ata sobre tudo isso, só que o que vale é o que está no decreto. E se está diferente do que concordamos, tem que mudar o decreto. No limite, teria que aprovar uma resolução aqui do CMH solicitando uma mudança no decreto. O que o decreto está dizendo, até confirmei agora, dei uma olhada antes, é que até os três salários mínimos a família paga 15% da renda. A partir dos 15%, a família paga 25% da renda. Isso está escrito no decreto. A partir dos três salários mínimos. Olhei agora. No decreto está escrito que a partir dos três salários mínimos o que a família paga é 25% da renda. Até 25% da renda. 15% até três salários mínimos. A partir dos três salários mínimos até 25% da renda. Eu acho que tem a avaliação que precisa ser feita, se está muito pesado. Eu me preocupo aqui mais pelo lado de baixo. A preocupação é maior pelo lado de baixo, que o salário mínimo hoje está R\$ 1.500, 15% disso é R\$400,00. Está sempre se preocupando aqui com quem realmente não pode pagar. Outra questão que a Vani trouxe, que é outro ponto que também é importantíssimo. Esse não está escrito no decreto como vai ser direito. Quando é que vale a renda? É quando assina o contrato? Ou quando assinou o contrato lá embaixo? Porque a família assinou o contrato dois, três anos atrás e, obviamente, graças a Deus que ela melhorou de renda. Mas isso não pode ser um prejuízo para ela. Era isso. **Sr. Sidney:** Renata, eu vou finalizar o último informe e depois abrimos outros assuntos. O sétimo item é o informe sobre a publicação do Novo Edital do Programa Pode Entrar Entidades. É uma solicitação do Conselheiro Maksuel José Costa com a palavra Maksuel. **Sr. Maksuel:** Boa tarde a todos. Boa tarde ao Secretário, ao Diogo, ao Cacá, a todos os companheiros e companheiras, conselheiros e conselheiras aqui presentes. Estou até feliz porque esse auditório está bem cheio. Significa que nossa voz está sendo ouvida aí dentro das comunidades e vocês que estão de convidados estão vendo a importância do Conselho Municipal de Habitação. O mesmo, eu creio que todo mundo sabe, ele é deliberativo sobre a política habitacional da cidade de São Paulo. A gente vem conversando com nossos pares aqui de Conselho, com nossos companheiros para que possamos junto construir uma política que atenda não só a sociedade como um todo, mas também atenda as demandas dos Movimentos Sociais. Não dá e não tem condições para quem luta sobre a questão de habitação na cidade de São Paulo, os Movimentos que aqui participam, não ter uma política voltada para eles. Somos conselheiros, estamos dentro das comunidades, ativamente, cada um aqui tem a sua demanda. Eu costumo falar que o sol brilha para todos e assombra para poucos. E dentro disso, sobre a solicitação de inclusão da pauta, do qual está ali em pauta, eu trouxe um documento que eu vou apresentar para a nossa mesa, vou deixar na nossa mesa. Pedi para alguns conselheiros, ao começo, fazer uma leitura do documento e os mesmos contribuíram comigo, Secretário, e assinaram o documento. Esse documento aqui não é, já quero que esteja aí relatado, não é uma forma de pressão em nenhum sentido, é uma forma só para que possamos ajudar o senhor Secretário, o Presidente e o Cacá a construir uma política que realmente atenda as necessidades da entidade. “O Instituto Social Minha Heliópolis, pelo CNPJ constituído, o endereço tal, o telefone tal. São Paulo, dia 29 de abril de 2025. Ao Excelentíssimo, o senhor Sidney Cruz, Secretário Municipal de Habitação de São Paulo; ao Diogo Soares, Diretor-Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB. Assunto - Proposta de publicação digital de credenciamento de propostas de viabilidade técnica no âmbito do programa Pode Entrar Entidades. Excelentíssimos senhores, com o fundamento de interesse público nos princípios condicionais da eficiência, economicidade, planejamento estratégico dentro do Artigo 37 do Caput da Constituição Federal, visando garantir a continuidade institucional do programa Pode Entrar Entidades, venho na qualidade de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Habitação e Presidente do Instituto Social Minha Heliópolis - MSI, propor a publicação do edital para credenciamento de propostas de viabilidade técnica, exclusivamente voltada às entidades já habilitadas, junto ao referido programa. A presente proposta, objetiva permitir a formação de cadastro técnico de empreendimentos habitacionais de interesse social, previamente analisados e prontos para futuras contratações, sem geração de despesas públicas imediatas. Trata-se de medidas de planejamento legítima, que não implica a obrigação de execução por parte da Administração Pública, tampouco compromete o orçamento em

vigência, ou vigente. Juridicamente, a medida encontra em pleno respondendo normativo, conforme segue Lei Federal 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Artigo 78 - Autoriza o procedimento de credenciamento para a seleção de interessado, inclusive quando não houver competição, desde que observadas os critérios técnicos, objetivos estabelecidos pela Administração. Artigo 6º, inciso 3º - Define o credenciamento como procedimento para a formação de cadastro de interessados, para posterior contratação conforme a necessidade da Administração. Artigo 11º, inciso 1 - Impõe o dever de planejamento prévio das contratações públicas. Lei complementar 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal, Artigo 16º, alínea 3 - Dispõe que os atos administrativos preparatórios que não gerem despesas imediatas, podem ser praticados sem prévia dotação, desde que condicionados a existência de futuros recursos. Lei Municipal 17.638/2021 - Que institui o programa Pode Entrar Artigo 7º - Autoriza expressamente a implantação do programa, mediante editais, chamamentos públicos ou credenciamentos. Decreto Municipal 61.195/2022 - Regulamenta o Programa Pode Entrar. Artigo 14º - Admite a dotação e credenciamento instrumento hábito à implantação do programa. Artigo 20º - Permite a formação de cadastros técnicos de propostas respeitando as normas fiscais e orçamentárias. Portaria da SEHAB-077/2022 - Disciplina as normalidades de parceria com as entidades, prevê a possibilidade de credenciamento técnico ainda que desvinculado a contratação imediata. Dessa forma, a Administração Pública Municipal possui competência legal normativa para publicar edital de credenciamento exclusivamente técnico, respeitando a legalidade e a responsabilidade fiscal, além de garantir a governança do programa e as previsibilidades institucionais frente aos Movimentos Sociais organizados. A medida contribuirá ainda para estruturar tecnicamente o Banco de Projetos Habitacionais de Interesse Social, oferecer resposta institucional concreta às entidades habilitadas, manter estabilidade e continuidade da política habitacional municipal, atender aos requisitos de transparência em planejamento público. Reforço que o presente credenciamento deve ser estruturado com cláusula expressa de existência de garantia de contratação automática, sendo essa condicionada a responsabilidade orçamentária de convivência da Administração. Anexo a proposta que segue como justificativa. Respeitosamente, Maksuel José Costa, assinando o documento, e os conselheiros que estavam aqui presentes até o momento, e também assinaram o documento sobre a questão do credenciamento da proposta de publicação do credenciamento de propostas de viabilidade técnica.” Isso daí é o seguinte, pessoal. Todas essas palavras que foram ditas aqui, e amplamente estudadas, para que nós como conselheiro também tenha responsabilidade de fazer a lição de casa, ver onde que está na lei, qual que é a portaria, qual que é a lei municipal, onde que está parado também sobre a questão da lei federal, para que tenhamos uma resposta efetiva. Como foi falado, o Conselho também tem as suas deliberações. Mas estamos aqui para construir uma política junto com o Secretário, com o Secretário Adjunto, com o Presidente da COHAB, para que também não coloque a faca no pescoço. Sabemos que eles têm que conversar com a Fazenda, sabemos que não é só querer lançar um edital para fazer o credenciamento sem ter dinheiro no caixa. Precisa de recursos, e precisa nesse momento conversar e construir essa política, para que nós também ao final do ano, com essa proposta de credenciamento, forcemos também os vereadores. Como foi falado agora pelo Sid, que é vereador, está como Secretário, o Nunes, que está como Vice-Secretário aqui da COHAB, e foi vereador, teve uma votação expressa, vamos lá e aberta os vereadores. Porque quando chega lá, vota-se a questão do orçamento da cidade e esquece-se dos recursos, ou tira os recursos que provenientes para novos projetos e novos programas de habitação. Tanto o Diogo, quanto o Secretário, quanto o Cacá, tem que ficar negociando com a Fazenda, lá rebolando, para que tenhamos recursos para construir unidades habitacionais para as entidades. O edital foi o ano passado. Nós fomos habilitados no edital. Este ano estamos pedindo o credenciamento das propostas, para que as associações e as suas assessorias técnicas possam apresentar nos meios legais, possam apresentar na SMUL, possam já tirar o alvará de construção, possam credenciar esses projetos. E a municipalidade também possa conhecer os projetos que vão ser apresentados, para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária. Obrigado a todos aí por terem me ouvido. Obrigado, boa tarde. **Sr. Sidney:** Nós agora entramos em outros assuntos, que é o último item da pauta. Com a palavra, Renata. **Sra. Renata:** Em fevereiro, acho que teve um decreto, se não me engano, referente a reorganizar os acessos aos municípios dentro do Martinelli. Tudo o que fazemos aqui dentro tem que ser organizado por agendamentos. Então, tem lá embaixo, você faz um agendamento para fazer qualquer tipo de consulta técnica ou de outras questões. E a gente vem tentando fazer esse rito. E eu vim aqui dizer que tem dois Movimentos importantes que esse decreto, imagino eu, prejudica. Imagino que é para organizar, criar uma fila, enfim. Mas, ao mesmo tempo, também sabemos que muitas das pessoas que precisam vir à Prefeitura não têm acesso a e-mail, nem conseguem fazer isso por QR code. Antes ela vinha e era atendida em alguma medida. Hoje não existe essa possibilidade. E, ainda assim, as pessoas que são mais esclarecidas e conseguem solicitar um agendamento, é muito difícil fazer um agendamento. E eu não digo nem porque ele é negado ou porque você demora a responder. É que quando você manda um e-mail, e eu falo isso porque fizemos isso algumas vezes, um e-mail técnico, para ir na sala do Savoy, qualquer coisa que era muito simples antes e está muito burocratizado, o que recebemos de volta é uma análise já por e-mail, falando assim, entra com um novo pedido, que demora 30 dias, sendo que queremos tirar uma dúvida. Algo que antigamente era muito simples e muito pontual, que você vem e resolve na hora, agora está sendo empurrado para mais 30 dias e que não vai

visitando obras. Independente de uma ou outra correção que faz parte de um ciclo de aprendizado também nosso. Vocês precisam se orgulhar e celebrar. Este Conselho aqui, esses dois times de Conselho Municipal de Habitação fizeram história e estão deixando um legado que vamos ter uma continuidade de entregas habitacionais para a história da cidade. Então, parabéns para vocês. Parabéns, Secretário. Parabéns ao time da COHAB e da Habitação, porque estamos entregando o maior programa da história. Olha a quantidade. Quem imaginou que um dia íamos estar com 29 mil unidades em obras? Quando imaginamos que estaríamos subsidiando em quase 90% o valor de uma unidade, proporcionando a uma família de um a três salários mínimos a possibilidade de ser atendido? Isso é de tirar o chapéu. Independente de quem seja o Prefeito, independente da coloração, do gosto que temos, da bandeira que a gente levanta, isso aqui é para dar parabéns e é uma construção coletiva de luta, de um processo democrático, de discussão deste Conselho, dest Secretária, desta Gestão. **Sra. Samira:** Infelizmente, como o Diogo, não venho aqui parabenizar o Governo do Estado. Acho que podemos ter discordâncias. Não vejo um tratamento respeitoso. Por exemplo, quando ontem teve uma audiência pública na ALESP e o Governo do Estado não compareceu para ouvir e conversar com as famílias. Não consigo ver um atendimento digno, nenhuma conversa, um diálogo. Também quando a proposta que é feita de atendimento, ela não acessa as famílias. As famílias não conseguem dar conta de pagamento e o Governo não propõe outra alternativa. Então, realmente, não estou aqui para dar parabéns. Estou totalmente em desacordo com o Governo do Estado nisso. Acho que o Município deveria atuar junto e, por exemplo, fazer que eles tenham realmente um atendimento digno. Ou que a Secretaria de Habitação estivesse lá para conversar na audiência pública. Acho que também é papel de vocês, junto com o Governo do Estado, estar nesses espaços de diálogo e de construção. **Sr. Diogo:** Eu respeito a opinião da Conselheira, mas continuo reiterando. Parabéns à CDHU e ao Governo do Estado. Inclusive, vou fazer o convite à CDHU para que fale um pouco do processo que está acontecendo, não só no Moinho, mas no centro como um todo, que acho que é de tirar o chapéu. **Sr. Sidney:** Peço vênua para fazer minhas palavras do Diogo com relação ao que ele falou aqui. A participação de vocês nesse processo do maior programa habitacional da história da cidade de São Paulo. De fato, nós estamos aqui de passagem. Vocês são pais e mães desse projeto. Com relação à fala da conselheira, eu também peço vênua para discordar. E a democracia é bom por conta disso. Eu reitero que eu acho que a União deveria sentar à mesa, ao invés de exigir chegar com dinheiro para tentar buscar a qualidade de vida que aquelas famílias merecem. E vejo que o Município, dentro das suas possibilidades, estamos ofertando todas as condições para fazer com que aquelas famílias saiam da Favela do Moinho e tenham dignidade nas suas casas a partir do novo, da nova realocação que o Governo do Estado está fazendo junto com o Município. E aí eu aproveitei e reforço com relação ao Governo Federal, 14 bilhões e meio depositados no FAR, rendendo 800 bilhões de reais por ano. E esse dinheiro precisa sair dos cofres da Caixa Econômica Federal e precisa chegar nos Movimentos Sociais, nas entidades, para que possamos aumentar a produção habitacional aqui na cidade de São Paulo e nos demais Municípios do nosso país. **Sr. Maksuel:** Só ia reforçar sobre a questão de que propus sobre a criação do GT, para discutir uma Conferência Municipal de Habitação, e também discutir a questão do Plano Municipal de Habitação da cidade de São Paulo. **Sr. Sidney:** É uma boa iniciativa, eu acho que já passou da hora de tentarmos avançar com a Constituição. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Sidney Luiz da Cruz encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Despacho | Documento: [125370955](#)

6014.2023/0002168-4

Interessados: IZABEL NUNES ROSENO.

Despacho autorizatório

I) A vista dos elementos constantes em documento SEI (097778813) devidamente acolhido pela Coordenadoria de Regularização Fundiária - CRF, desta Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, Decido.

a - Pela **EXTINÇÃO** do Termo Administrativo de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia situado na Rua Manoel de Sá Couto "Passagem Noturna" Código do Termo n.º 805120020012/1 outorgada pela Prefeitura do Município de São Paulo a Titular Izabel Nunes Roseno RG: 30.***.***-9 SSP/SP, CPF: 254.***.***-30, doravante denominada Concessionária.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Despacho | Documento: [128276339](#)

ASSUNTO: (i) Autorização para alteração de Cronograma

PROCESSO: 6014.2025/0001463-0

TERMO DE CONTRATO: 008/2025-SEHAB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS,

ADEQUAÇÕES PONTUAIS E PEQUENOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA

DESPACHO

I - À vista dos elementos que instruem o presente, em especial a solicitação de SEHAB/CFT, contante Doc (Sei nº [128155857](#))

II - Considerando a manifestação da empresa Contratada, contante Doc (Sei nº [128160365](#))

III - Pelos poderes outorgados pelo Título de nomeação n. 881, de 31 de dezembro de 2024, publicada no DOC de 01 de janeiro de 2025.

IV - AUTORIZO, com fundamento na alínea "c" do inciso II do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133 a adoção do novo cronograma financeiro [128160548](#) com consequente alteração da Nota de Empenho, em favor da empresa **HE ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 62.533.278/0001-81. Outrossim, **AUTORIZO** o cancelamento de eventuais saldos de empenho não utilizados.

V - Publique-se

São Paulo, 26 de Junho de 2025

Sidney Luiz da Cruz

SECRETÁRIO MUNICIPAL | HABITAÇÃO

X - Providências Posteriores:

a) SEHAB/DAF/DIF - para providências subsequentes.

Despacho Autorizatório | Documento: [128359680](#)

Despacho Autorizatório

ASSUNTO: (i) Autorização para Substituição de Cauções em Seguro Garantia tendo em vista a redução do valor contratual.

PROCESSO N. 2010-0.046.947-2

CONTRATO N. 014/2010-SEHAB

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de São Paulo / SEHAB

CONTRATADA: CONSÓRCIO GOMES LOURENÇO - FM RODRIGUES, constituído pelas empresas: TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. e FM RODRIGUES & CIA LTDA.

DESPACHO

I - À vista dos elementos constantes do presente, pelos poderes outorgados pelo Título de nomeação n. 881, de 31 de dezembro de 2024, publicada no DOC de 01 de janeiro de 2025, **AUTORIZO**, com fundamento consoante no artigo 12 da Portaria SF n.º 338/2021, a **substituição** das cauções em seguro garantia definitiva (Sei [097520089](#)) - a qual não possui pendências a serem suportadas - pelas novas Apólices de Seguro Garantia apresentadas pela empresa contratada **TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.** (CNPJ 54.883.194/0001-40), constante no Doc. (Sei [128312716](#)), com vigência de 21/06/2025 a 21/06/2026, no valor de **R\$ 5.854.763,82** (cinco milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos) e pela empresa **FM RODRIGUES & CIA LTDA.** (CNPJ 48.893.226/0001-95), constante no Doc. (Sei [128314559](#)), com vigência de 22/06/2025 a 22/06/2026, no valor de **R\$ 3.152.565,13** (três milhões cento e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e treze centavos) **tendo em vista a redução do valor contratual do Termo de Contrato nº 014/2010-SEHAB**, (Sei [013415273](#)) e seus aditamentos firmados com o **CONSÓRCIO GOMES LOURENÇO - FM RODRIGUES**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.553.511/0001-10, cujo objeto é a "Execução de obras do Programa de Urbanização de Favelas - Lote 14, no âmbito da Coordenadoria de Habitação da SEHAB, Integrada pela Superintendência de Habitação Popular - HABI, pelo Programa Mananciais e pelo Departamento de Regularização do Parcelamento do SOLO - ROSOLO".

II - A devolução das cauções substituídas serão feitas após o recebimento da caução substituída.

III - Publique-se

São Paulo, 27 de Junho de 2025

Sidney Luiz da Cruz

SECRETÁRIO MUNICIPAL | HABITAÇÃO

IV - Providências Posteriores:

a) SF/SUTEM/DEFIN/DIPED - para as providências necessárias.

Despacho Autorizatório | Documento: [128405739](#)

A

SEHAB | DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Sr. Diretor,

ASSUNTO: Autorização para celebração do 5º Termo de Aditamento, para fazer constar: (i) Prorrogação de prazo Contratual. (ii) Preços novos SIURB/2012 - Serviços não existentes no contrato. (iii) Preços novos SIURB/2024 - Serviços não existentes no contrato. (iv) Preços novos SINAPI/2025 - Serviços não existentes no contrato. (v) Preços novos CDHU Nov/2024 - Serviços não existentes no contrato. (vi) Preços Novos FDE Jan/2025 - Serviços não existentes no contrato (vii) Preços novos do contrato 016/2010-SEHAB - Serviços não existentes no contrato. (viii) Preços novos do contrato 015/2019-SEHAB - Serviços não existentes no contrato (ix) Acréscimos e decréscimos de quantidades em serviços existentes. (x) Decréscimo de quantidades em serviços existentes (xi) Preços Novos SIURB - Serviços já existentes no contrato que migraram de macroitem. (x) Cronograma Físico Financeiro. (xi) Planilha Orçamentária. (xii) Alteração do valor contratual vigente.

PROCESSO N. 2011-0.363.022-5

CONTRATO N. 035/2012-SEHAB

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB

CONTRATADA: Consórcio Major Paladino - constituído pelas empresas: ENGELUX CONSTRUTORA LTDA e PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA.

DESPACHO:

I - Considerando as informações apresentadas neste processo administrativo, em especial a solicitação de aditamento com as justificativas apresentadas pelo sr. Engenheiro e Fiscal do contrato lotado em SEHAB/OBRA, constante às fls. [9.745 a 9.758](#), as quais foram devidamente acolhidas pelo sr. Coordenador de SEHAB/CFT às fls. [9.759](#).

II - Considerando as justificativas apresentadas pelo Consorcio contratado, constante às fls. [9.071 a 9.080](#).

III - Considerando Relatório de Análise apresentado pela Gerenciadora CONSÓRCIO HABITAÇÃO SP, constante às fls. [9.056 a 9.069](#).

IV - Considerando o Parecer de SEHAB/AJ constante às fls. [9.823 a 9.850](#).

V - Considerando as informações complementares de SEHAB/OBRA, as folhas [9.851 a 9.854](#).

VI - No exercício das atribuições conferidas pelo Título de nomeação n. 881, de 31 de dezembro de 2024, publicada no DOC de 01 de janeiro de 2025;

VII - APROVO:

a) Preços novos SIURB/2012 - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo IV às (fls. [9.403 a 9.427](#)).

b) Preços novos SIURB/2024 - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo V às (fls. [9.429 a 9.435](#))

c) Preços novos SINAPI/2025 - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo VI às (fls. [9.437 a 9.444](#))

d) Preços novos CDHU Nov/2024 - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo VII às (fls. [9.446 a 9.460](#))

e) Preços Novos FDE Jan/2025 - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo VIII às (fls. [9.462 a 9.464](#))

f) Preços novos do contrato 016/2010-SEHAB - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo IX às (fls. [9.466](#)).

g) Preços novos do contrato 015/2019-SEHAB - Serviços não existentes no contrato, conforme anexo IX às (fls. [9.468 a 9.470](#)).

h) Acréscimo de quantidades em serviços existentes, conforme anexo XIII às (fls. [9.479 a 9.481](#)).

i) Decréscimo de quantidades em serviços existentes, conforme anexo XIII às (fls. [9.483](#)).

j) Preços Novos SIURB - Serviços já existentes no contrato que migraram de macroitem, conforme anexo XV às (fls. 9.485).

VIII - AUTORIZO com fundamento no artigo art. 65, inciso I, alínea b, da Lei n. 8666/93 e alterações posteriores, a celebração do **5º ADITAMENTO DO CONTRATO N. 035/2012-SEHAB**, firmado com o **CONSÓRCIO MAJOR PALADINO**, inscrito no CNPJ n. 17.112.987/0001-39, com sede na Rua dos Pinheiros, n. 870 - 8º andar - sala 84 E, CEP: 05.422-0001, Pinheiros, São Paulo - SP, constituído pelas empresas: **ENGELUX CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ n. 44.023.760/0001-90, com sede na Rua dos Pinheiros, n. 870 - 8º andar, CEP: 05.422-0001, Pinheiros, São Paulo - SP e **PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ n. 49.437.809/0001-74, com sede na Avenida Lineu de Paula Machado, n. 1000, CEP: 05.601-001, que tem por objeto a: "execução de obras do Programa de Saneamento, Proteção Ambiental e Recuperação da